



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 5/2016**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**28 DE DEZEMBRO DE 2016**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

**2º SECRETÁRIO:** Mónica Serras

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

### **Ordem de Trabalhos**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Joaquim António Lopes Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Anacleto da Silva Batista, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Pedro Miguel Matos Carreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Mónica Sofia Jorge Serras, Francisco José Soares Lopes, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina, Vítor Lopes Pires, César Filipe Pombo Grácio. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Fernando Vasco e Rui Serras. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Duarte Jorge da Silva Pedro, Francisco da Silva António e Miguel Afonso Catalão Alves que justificaram antecipadamente a sua falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Aderito Garcia, lembrando que se celebrou há poucos dias os 40 anos do poder Autárquico, que foi um momento importante e é por esse facto é que estão presentes naquele local e podem exercer estas funções. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco Lopes questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre as pontes, assunto já referido numa outra Assembleia, pois tem-se apercebido que as fissuras existentes na ponte de São Francisco estão maiores e já com o terreno a abater. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que quando se falou no assunto das pontes, via junta de freguesia de Sardoal, na altura foi pedido aos técnicos da Câmara para fazerem um levantamento da situação e foi verificado que não havia o que quer que fosse para preocupações, mas se o Senhor deputado diz que existem alterações irá pedir para que o local seja verificado. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras questionando sobre o GAE, sabendo que têm existido uma série de iniciativas querendo saber o ponto de situação em termos de funcionamento e também qual o ponto da situação das obras de Panascos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que em relação ao Espaço Empreende, tem-se neste momento três empresários que estão instalados com a sua atividade iniciada. O Gabinete de Apoio ao Empresário tem tido uma grande dinâmica, tem recebido muitos possíveis empresários a quererem instalar-se no concelho. Ainda naquela tarde, esteve, juntamente com o Senhor Vice Presidente e a sua Chefe de Gabinete, reunidos com empreendedores que se querem instalar no Sardoal e que andam à procura de espaço para se instalarem. O que se tem feito e o que sempre se disse ser o objetivo do Gabinete de Apoio ao Empresário, era ter a porta aberta, não só para quem quer investir no concelho mas para todos aqueles que neste momento já cá estão, que são investidores, que são os empresários do concelho e que podem ali ter uma interligação, entre aquilo que é agora o Quadro Comunitário de Apoio, os avisos de concurso, as pontes que a Câmara cria entre as diversas entidades e os empresários, nomeadamente através da Associação Comercial, com a Tagus Valley, com a Tagus, com a Nersant e com as próprias CCDRs, de acordo com a informação que vai chegando. O gabinete é constantemente procurado por empresários que se querem instalar mas que também vão a outros concelhos. Neste momento a Câmara esta a desenvolver um projeto em que brevemente terá terrenos disponíveis na zona industrial e está em condições para que alguns empresários daquela lista que se tem de possíveis investidores no concelho possam realmente vir a instalar-se. -----

Sobre a obra de Panascos referiu que por ter um valor superior a 350 mil euros o contrato teria de ter o visto do Tribunal de Contas, foram pedidos alguns elementos e neste momento o processo está só para despacho final do juiz, que se espera chegue nos próximos dias para que se possa avançar com a obra. -----

Interveio a Senhora deputada Arminda questionando o Senhor Presidente da Câmara se está prevista a compra de uma ambulância para transporte de doentes não urgentes, pois como sabe, o Sardoal não transporta doentes que não o sejam através do INEM ou do CODU, e todos os doentes referenciados e

que têm condições de ser transportados em ambulância, tem de se recorrer a Constância ou à Cruz Vermelha o que muitas vezes traz grandes problemas para os utentes do concelho. -----

O Senhor Presidente respondeu, dizendo que não está previsto porque existe uma que vai fazer esse serviço, mas está em licenciamento para que o possa fazer, porque a legislação mudou e foram feitas alterações, foi feita uma vistoria e espera-se que o IMT apresente os documentos. -----

Continuou, referindo ser importante que se tenha noção das coisas quando se fala neste assunto, pois está-se a falar de uma corporação que são Bombeiros Municipais e que tem um corpo profissional de Bombeiros e que, comparando com outras entidades, como referiu, Constância, não se pode confundir o trabalho dos Bombeiros Municipais com o trabalho de empresas transporte de doentes que funcionam dentro das corporações de Bombeiros Voluntários, e aquilo que algumas destas corporações têm, são verdadeiras empresas de transporte de doentes, onde podem ter um número infinito de transporte de pessoas disponíveis só para essa tarefa e que lhes podem pagar um valor reduzido, que é o que acontece, Constância tem por exemplo, mais de vinte ambulâncias para fazer esse serviço, mas não são os bombeiros voluntários de Constância que têm esse serviço, é sim uma empresa de transporte de doentes, que se chama Bombeiros Voluntários de Constância e aqui está a grande distinção. -----

O Sardoal nunca irá ter a capacidade para fazer este tipo de transporte de doentes como os voluntários terão porque nunca os Bombeiros de Sardoal se poderão especializar nessa área, primeiro porque não existe gente suficiente, não se pode contratar, ao contrário dos voluntários, porque os Bombeiros de Sardoal, são Municipais e aqui mais uma vez, os Bombeiros Municipais estão prejudicados em relação aos voluntários. De qualquer das formas a Câmara não quer deixar de dar resposta aquilo que são as necessidades dos munícipes, daí, esta ambulância que fazia este trabalho e que por força da lei ficou desatualizada brevemente estará ao serviço, mas tem sido um processo burocrático estranho e enorme mas, sendo uma só ambulância, nunca se poderá concorrer com corporações de voluntários que têm dezenas delas e, por outro lado também não existem pessoas disponíveis para tal, porque não se pode contratar. -----

Referiu ter participado em algumas reuniões sobre o transporte de doentes não urgentes, tendo havido uma grande mudança entre aquilo que era o transporte de doentes não urgentes, há dez anos atrás, em que era um grande negócio e agora deixou de ser, aquilo que dantes as pessoas quase brigavam para fazer esse transporte, alguns agora estão a ver-se livres dele e mais uma vez, os municipais que se desenrasquem, porque agora já não é bom para todos. -----

Para aquilo que são as necessidades e não são todas as necessidades que se irá conseguir suprimir, porque na verdade ter-se-á uma ambulância para fazer esse serviço. Há empresas e não são particulares, que têm acordos com as unidades de saúde e hospitais para fazer esse tipo de serviço, o Sardoal, por ter Bombeiros Municipais, tem alguns constrangimentos para o fazer da mesma forma que os outros fazem. -----

## **Ordem de Trabalhos**

### **1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente referiu que em termos de situação financeira, vem na linha do que tem acontecido nas últimas informações, uma diminuição da dívida, neste caso de 301 mil euros, mas na verdade a atividade também é muita e muita dela repetida, a participação em diversas reuniões, fóruns, com diversas entidades, mostrando-se disponível para prestar os esclarecimentos que se julguem necessários. -----

### **2. Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano de 2017;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o orçamento tem um valor total de nove milhões oitocentos e sessenta e seis mil setecentos e setenta e um euro, no qual esta espelhado um grande investimento, é um dos maiores orçamentos dos últimos anos, no qual se encontra a requalificação do parque escolar, um projeto de combate ao insucesso e abandono escolar, um conjunto de projetos e obras de substituição das condutas de abastecimento de água e repavimentação de Panascos e Valhascos, Casos Novos, Entrevinhas, Lameiras, Mógão, Cabeça das Mós e Vale da Amarela. Não sabendo se se vai conseguir executar todos os trabalhos, mas alguns serão feitos, existindo prioridades definidas. -----

Referiu também o reforço do abastecimento do sistema de abastecimento de água em Valhascos e Entrevinhas. Ações de eficiência energética na piscina coberta e no bloco habitacional da tapada da torre. Na área social, irá continuar-se a trabalhar na universidade sénior de Sardoal, que tem sido um sucesso que começou em outubro e que conta com mais de oitenta alunos. Também existe o programa Abem, que cria uma rede solidária do medicamento, em parceria com a Dignidade, uma IPSS, responsável pelo desenvolvimento e operacionalidade da gestão deste programa. -----

A requalificação no âmbito do PARU, da capela de Nossa Senhora do Carmo, com a criação do Centro de Interpretação da Semana Santa e Património Religioso, a requalificação do Lagar dos Paulinos, no

plano de ação e regeneração urbana, o PARU, com adaptação e complementação ao Espaço Partilhado das Artes e Ofícios, os corredores pedonais na zona histórica, que é uma vontade antiga e que só agora se conseguiu que fosse aprovado pela direção geral do património, feito também por duas partes, a primeira parte do investimento é de cerca de cem mil euros e numa segunda fase, o mesmo valor. Nesta obra, também está prevista a criação de condutas subterrâneas para que alguns fios da televisão e mesmo elétricos possam passar por via subterrânea e não via aérea. -----

Este orçamento está dividido em duas partes porque está como não definido o financiamento pelo facto de que uma parte do financiamento para estas obras vem via fundo comunitário, PARU ou através do pacto que a Comunidade Intermunicipal tem com a CCDR e aí, tem-se os 15%, que é a componente financeira da Autarquia, ou no caso da eficiência energética, não se sabe ainda bem como vai ser, se o reembolso é a 15%, ou se há direito a reembolso a 75% das poupanças que se possam fazer na intervenção da eficiência energética, é tão complicado que em termos de regulamentos ninguém se entende em relação ao que se pretende com esta intervenção. -----

Em termos culturais irá continuar-se com aquilo que tem sido feito, a Rede Eunice, com o Teatro Nacional D.Maria II, a Companhia Nacional de Bailado, a APORDOC também vai ser uma novidade e consiste numa semana de vídeo organizada pela Dear Doc, que é quem organiza o festival internacional de documentários em Lisboa e com a ESTA, Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, que convidou a Câmara a ter no centro cultural, durante uma semana e que terá gente vinda de vários pontos da península ibérica que vêm para o Sardoal para poderem estar a fazer e a ver aquilo que mais gostam que são vídeos. -----

Fez referência às atividades de desporto que serão realizadas. -----

Referiu que o documento tem o verdadeiro princípio deste Quadro Comunitário, que só agora permite começar a fazer obra e todos os municípios vão começar agora, porque só agora é que o mesmo está em condições de avançar. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Aderito Garcia questionando sobre os projetos em curso previsivelmente realizáveis em 2016 que já foram submetidos ou que já têm candidaturas aprovadas.

Questionou também sobre um quadro que representa a repartição das despesas com remunerações certas e permanentes, o qual tem uma linha que refere pessoal em qualquer outra situação, ou seja, nas outras linhas está incluído o pessoal do quadro, os órgãos autárquicos, o pessoal com contratos

com termo, pessoal com avenças ou de outro tipo, tendo sido surpreendido pelo valor desta linha, no montante de cento e nove mil euros, querendo saber a que se refere esta situação. -----

Referiu que este orçamento reflete o que está a acontecer no país e que tem a ver com os fundos comunitários e se este facto não tivesse ocorrido poderia dizer-se que este documento não é muito diferente dos anteriores. Nota-se que existe uma falta de orientação para a economia e para o desenvolvimento económico, o que denota uma incapacidade de gerar receita própria, algumas delas vistas até em valores mais baixos em relação ao orçamento de 2016. Continua-se muito dependente do que são Transferências do Orçamento de Estado e parece-lhe que falta ali uma componente que possa dinamizar a economia.-----

Sobre a zona industrial e relativamente ao que o Senhor Presidente disse anteriormente, esteve a rever as Grandes Opções do Plano mas não encontrou nenhuma linha de investimento dedicado àquele local. -----

Por outro lado, relativamente ao PDM que é um documento importante, tem um valor de 54 mil euros, questionando se é de facto este ano em que se vai avançar.-----

Refere haver algum investimento, tem-se desenvolvido algumas atividades culturais, mas por outro lado, denota-se que falta no concelho a componente que faz ficar a receita.-----

Relativamente às despesas denota-se um aumento do valor previsto para as despesas com pessoal, face ao orçamento para 2016, o valor cresce.-----

Por fim, após uma análise com algum detalhe do documento, voltou a constatar o que já vem de há algum tempo, fala-se sempre numa política muito social, muito virada para as pessoas, mas o certo é que o investimento previsto no documento para o próximo ano, é inferior a 52 mil euros. -----

Disse ainda o Senhor deputado não ter detetado nenhum objetivo para o plano de pagamentos para o prazo médio de pagamentos, gostaria que la estivesse inscrito como objetivo, querendo saber qual prazo médio que esta a ser praticado. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara questionando o Senhor deputado sobre o que quer que se faça mais na área social, garantindo que os 52 mil euros chegam, se infelizmente não chegarem, far-se-ão as alterações orçamentais necessárias e como sabe, isto é uma projeção do que é feito e dos resultados anteriores. Esta verba tem sido suficiente para aquilo que são as necessidades do concelho e gostaria que fossem só dez ou quinze mil euros e que fossem suficientes, mas

infelizmente tem de ser 52 mil, desafiando o Senhor deputado a trazer alguém que diga que não foi apoiado pela Autarquia. -----

Sobre a questão do pessoal, não irá falar sobre os bombeiros, porque quando fala nos bombeiros e na proteção civil, fá-lo comparativamente com outros municípios, quando dizem que se gasta muito com pessoal, diz que sim, porque o Sardoal tem bombeiros profissionais, tem sapadores, tem um acordo com as escolas, com o ministério da educação para o pessoal docente, que outros municípios não têm, e é nisto que fala comparativamente. -----

Aqui é muito simples, há um aumento claramente de despesas com o pessoal, esta um concurso a decorrer para seis lugares, mas também há uma redução com as prestações de serviços e o que se está a fazer é substituir trabalhos de outsourcing que ficam mais caros ao município por trabalhadores verdadeiramente efetivos que possam fazer um trabalho a médio e longo prazo durante a sua vida, na Câmara e que sejam com isto uma mais valia.-----

Sobre os projetos, aquilo que está verdadeiramente aprovado é o pacto que a Comunidade Intermunicipal elaborou, com a CCDR nas instâncias europeias e neste pacto estão todos estes projetos referidos, o plano de ação e regeneração urbana que também já está aprovado, o investimento territorial integrado é um conjunto de investimentos para esta região em que a Comunidade Intermunicipal achou que eram uma necessidade para os treze municípios. -----

Existem outros projetos que não estão dependentes de fundos comunitários, porque serão feitos recorrendo à banca, porque a Câmara tem capacidade de endividamento, de cerca de oitocentos mil euros para o ano de 2017, para se poder fazer as obras que se quer fazer, porque há mais mundo além dos fundos comunitários, antigamente os fundos comunitários não existiam e as obras faziam-se recorrendo à banca. Se se perguntar porquê só agora, a resposta será, porque só agora é que se tem essa capacidade de endividamento que serve para ser utilizado a bem da população e da comunidade fazendo infraestruturas que muita falta fazem. -----

Recorda que já se disse muitas vezes nas Assembleias municipais que a grande obra da Autarquia no mandato anterior era precisamente a regularização financeira e o que se fez foi pagar o mais possível de dívida para que agora, dentro deste Quadro Comunitário, se pudesse ter os 15% e depois fazer as outras obras que já não têm enquadramento no Quadro Comunitário. -----

Neste momento estão todas aprovadas em ITI, Investimento Territorial Integrado e em PARU, falta depois o procedimento da apreciação final, através dos projetos, da divisão em termos de orçamento, e isso está a decorrer neste momento. -----

As obras que referiu, são neste momento uma realidade para o concelho. -----

Relativamente à falta de orientação estratégica em termos económicos disse não conseguir entender-se com a bancada do PS por uma razão muito simples, o Senhor deputado fala e critica a atividade cultural a promoção cultural e tudo o que se faz, mas tudo isto é desenvolvimento económico, talvez não seja tão fácil perceber, mas a Câmara não pode dizer ao empresário que ele tem de investir no Sardoal, nem noutra local nesta região, questionando onde existe investimento privado na região, pois agora é que as pessoas estão a começar a investir, por isso o Sardoal não é exceção. -----

O que se está a fazer é promover o que o Concelho tem de bom e que se pode divulgar, a estratégia no âmbito do turismo religioso, vai dar frutos, vai dando alguns, daí ter-se a capela de N<sup>a</sup> Sra. do Carmo com o Centro de Interpretação da Semana Santa, porque se quer que as pessoas percebam o que é a Semana Santa, não só nesta altura, mas que possam vir ao Sardoal em qualquer altura e aí percebam o que é a Semana Santa e que depois retornem nessa altura. -----

Quando se traz o Teatro Nacional D. Maria II, este ultimo espetáculo, Efigénia, fruto de uma candidatura, não consegue calcular, mas houve de certeza um grande retorno económico para o Concelho, e este espetáculo custou à Câmara, quinhentos e vinte euros, mas veio gente de muito lado, pessoas que almoçaram, jantaram e dormiram no Sardoal, também por aqui há desenvolvimento económico, o qual não é só nas grandes empresas, mas a Autarquia está a preparar-se para isso, daí aquilo que se fez, nomeadamente alteração ao Regulamento da Zona Industrial, que não defendida os interesses do município, houve o período de discussão pública e teve um ano de transição entre o regulamento antigo e o atual e agora os prazos já estão a contar porque se quer dar outra dinâmica àquela zona e, quando o Senhor deputado diz que nada se fez, está a ser completamente injusto, porque o que se fez foi muito, porque se não se tivesse feito o que se fez, podia criar-se o que se quisesse mas iria ter-se sempre uma zona industrial ou um parque empresarial completamente obsoleto, com todo o respeito pelos empresários que lá estão e que têm feito um esforço enorme e se mantivesse o antigo regulamento não se conseguiria captar mais investimento para a zona industrial. ---  
Sobre o hotel referiu que é a mesma questão do quadro comunitário, se este só agora é que está a começar agora é que está a avançar e se só agora é que há candidaturas, se agora é que o promotor

se vai candidatar, a Câmara nada pode fazer, garantindo que da parte da Câmara tudo foi feito. Disse ainda que na altura que se falou do hotel de Sardeal, também se falou no hotel de turismo de Abrantes e Constancia, referindo que nenhum deles está pronto. -----

Sobre o PDM, disse que esta questão nunca esteve parada tendo sido recebida uma comunicação, há cerca de uma semana, da CCDR, para a constituição da Comissão de Acompanhamento, foi apresentada proposta para essa comissão a qual foi aprovada e agora está-se em condições de se fazer as primeiras reuniões, existe um projeto em mãos, um projeto base de discussão para revisão do PDM e este, é mais um processo que não está dependente da Câmara, está dependente de uma quantidade de entidades e dos prazos dessas entidades. Referiu não acreditar que em 2017 o processo esteja concluído, mas também não quer que o processo seja rápido, mas sim bem feito, para se ter um PDM como um bom instrumento de organização, de desenvolvimento e uma mais-valia para o desenvolvimento económico do Sardeal. -----

Referiu estar sempre recetivo a sugestões e é algo que por vezes falta do outro lado, como executivo, sente falta de proposta concretas, pedido ajuda, porque o executivo não sabe tudo, estando muito longe de ser detentor da verdade. Um contributo da parte dos deputados da oposição, será sempre bem-vindo e aceite, quando tal se justificar, como alguns já foram e, se têm outras ideias para o desenvolvimento económico, com os instrumentos que o concelho tem, façam chegar as ideias e as mesmas serão desenvolvidas dizendo sempre quem foram os autores das ideias e o que lamenta, é que infelizmente isso não acontece. -----

Referiu ainda não haver pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento anda à volta dos cem dias. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista solicitando esclarecimentos sobre o programa abem, de uma IPSS denominada Dignitude. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o programa abem, é um programa desenvolvido por uma IPSS, de nome Dignitude, que é um conjunto de entidades que criaram esta IPSS, onde se encontram a Associação de Farmácias, a Associação de Doentes, a Cáritas. Este Programa abem, é o apoio a medicamentos a pessoas necessitadas. Muito recentemente houve uma reunião no Conselho Local de Ação Social, na qual se falou sobre um regulamento para se poder aderir e que depois seguirá os trâmites normais e a reunião de Câmara. Este programa seguirá o formato do modelo que se tem para as cantinas sociais, sendo sinalizada uma família ou uma pessoa que precisa de apoio financeiro para

aquisição de medicamentos e, a partir desse momento e em sede de núcleo executivo do CLAS, é analisado se na verdade há necessidade financeira de apoiar esta família e verificada a mesma, haverá um pagamento anual por elemento desse agregado familiar de cerca de oitenta euros, assumido pelo município, a diferença até cerca dos cem, cento e vinte euros, que é o referencial definido estatisticamente para o consumo médio de medicamentos por português, é assumido pela Dignidade.--- A vantagem deste programa é que abrange desde o recém-nascido, à pessoa mais idosa e, a partir do momento que essa família é sinalizada e se há um elemento da mesma que gasta num ano, trinta euros em medicamentos, a Câmara não recebe a diferença entre os trinta e os oitenta, mas se um elemento desse agregado familiar, precisar de gastar dois mil euros por ano, de medicamentos, este programa abem, através desta IPSS, Dignidade, assume essa diferença ou seja, a pessoa ou família sinalizada para apoio de medicamentos, tem a comparticipação completamente gratuita dos mesmo, sem plafond, sem limite, nem mínimo, nem máximo, é aquilo que a pessoa necessitar, claro que existe um cruzamento enorme de dados que é preciso fazer. Tem outra vantagem, que é a existência de um cartão, a ser usado nas farmácias aderentes, a pessoa apresenta o mesmo, entra no sistema e a farmácia dá os medicamentos e com isto deixa de se ter a triste imagem que muitas vezes se vê nas farmácias, em que as pessoas escolhem os medicamentos porque não têm dinheiro para todos. ----- Irá apoiar-se quem precisa, a sinalização pode ser feita por qualquer pessoa, a validação da necessidade será feita pelo núcleo executivo do Conselho Local de Ação Social, do qual fazem parte os diferentes parceiros, a saúde, a educação, as IPSS's do concelho, o município. ----- Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que no passado foi feito pelo Partido Socialista uma proposta que visava também o apoio a medicamentos, com outro âmbito e a mesma foi rejeitada e nem sequer houve propostas do executivo municipal, para a melhorar ou transformar em algo diferente. Mas mais importante que isso, é caminhar-se neste sentido, porque demonstra que a proposta que se fez era oportuna. ----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo só questionar a oportunidade da proposta do PS quando a mesma foi apresentada em programa eleitoral e depois à Câmara, só passados mais de dois anos e, a mesma só não foi aprovada porque tinha uma melhor, a do PS era só para os idosos independentemente das condições económicas e a única condição era ter mais de 80, 85 ou 90 anos e esta não exclui os idosos mas inclui também quem tem trinta anos e precisa. -----

Sempre disse que esta proposta do PS tinha de ser trabalhada e basta ler as atas das reuniões de Câmara. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Aderito Garcia para dizer que na altura não houve propostas da parte do executivo para melhorar a proposta, que foi rejeitada liminarmente e aparentemente a proposta do executivo também só chegou dois ou três anos depois. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras dizendo que a intervenção do Senhor deputado Aderito, refere o orçamento com incapacidade para gerar receitas próprias, questionando o que é que se vai aumentar, se a água, os transportes, as taxas, o IMI, a derrama, uma série de situações que, aumentando estes serviços iria aumentar-se as receitas próprias, o que também não será bom.

O Senhor deputado Aderito Garcia respondeu, dizendo haver outras formas de reverter essa situação e é de facto essa politica a que se refere, a política de criação de emprego, de atração de empresas e de melhoria das condições de vida, porque se se comprarem mais casas, vão ser pagos mais impostos sobre transações, se as pessoas tiverem emprego para poderem comprar mais viaturas, vão poder também pagar o imposto de circulação, como é obvio é essa a via. -----

Interveio o Senhor Presidente dizendo que este executivo tem três anos e pouco, as receitas próprias cada vez são menos, é verdade, mas o difícil é continuar a fazer e fazer bem com menos dinheiro porque quando se tem muito dinheiro é muito fácil fazer, este é um aspeto, outro é, parece que se está num oásis ou num deserto, em que todos à volta captam investimento, há crescimento de empresas e então, no interior é tão grande, as empresas correm todas para o interior que o governo e bem, teve de fazer um programa para valorização do interior. -----

O Senhor Presidente mencionou o que o executivo fez nos últimos três anos, nomeadamente a Loja do Cidadão, Espaço Partilhado para as Artes Ofícios, Espaço Empreende, Escola nova com pavilhão, irá ser feito, sem qualquer dúvida, Espaço Cá da Terra, Centro de Estudos e de Interpretação do Património vai ser uma realidade, corredores da zona histórica, obra de Valhascos que já está no terreno e a de Panascos que vai começar, Percursos Pedestres, modernização administrativa, requalificação do edifício municipal, bolsas de estudo, refeições grátis, apoio à natalidade, Universidade Sénior, o Curso TeSp. O que se pede a um bom politico, a um bom autarca deste conselho é que esteja atento e que conheça a realidade do concelho, o que não é o caso de Senhor deputado. -----

Considerando o nro.2, o artigo 27º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano e de Orçamento, com 15 votos a favor da bancada parlamentar do PSD e do GIS e dois votos contra da bancada parlamentar do PS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

### **3. Revisão Orçamental;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta alteração tem a ver com uma questão mais técnica e no seguimento das obras de Valhascos que também está em execução, o Município prevê arrecadar a receita referente ao IVA devido do adquirente e também algumas alterações necessárias de algo que não é executado para que se possa cumprir também com aquilo que são os objetivos da Câmara em termos de execução orçamental. -----

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar a Revisão Orçamental, com 12 votos a favor da bancada parlamentar do PSD e 5 votos de abstenção do PS e do GIS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

### **4. Empréstimo a curto prazo;**

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o que se pretende é o que se tem feito anualmente e tem a ver com o facto de, como se sabe, nos Fundos Comunitários o reembolso é feito após as faturas e como a Câmara terá obras financiadas no próximo ano, para que não ponha em causa a tesouraria da Câmara, o que se quer é contrair este empréstimo no valor de quinhentos mil euros para que se possa fazer um tratamento em termos de tesouraria para que se possa pagar e depois receber o reembolso dos financiamentos comunitários. -----

Considerando a legislação em vigor, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar o empréstimo no montante de 500 000,00€ nos seguintes termos: -----

Após análise das propostas apresentadas, que o contrato seja adjudicado ao Banco Santander Totta (opção 2), uma vez que é a proposta economicamente mais vantajosa, na ótica do município; -----

Aprovação, pelo Órgão Deliberativo, da proposta apresentada pelo Banco Santander Totta; -----  
Perfeição do contrato com o adjudicatário, com 15 votos a favor da bancada parlamentar do PSD e do  
GIS e dois votos de abstenção da bancada parlamentar do PS. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela  
Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade  
**aprovar em minuta** a deliberação tomada.

#### **5. Alteração ao artigo 9º do Regulamento do PDM;**

O Senhor Presidente da Câmara informou que esta alteração tem a ver com o que se encontra na  
legislação, as distâncias de localização ou de construção de edifícios em relação às vias públicas no  
PDM do Sardoal, não estão de acordo com a legislação em vigor e, como se sabe que causa e poderá  
causar alguns constrangimentos não só aqueles que estão na zona industrial mas também aqueles que  
ali se possam vir a instalar, daí esta proposta de alteração do artigo. -----

Considerando o n.º 1 do artigo 90º do Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a Assembleia Municipal  
de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao artigo 9º do Regulamento do PDM, com  
17 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela  
Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade  
**aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

#### **6. Compromissos Plurianuais.**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento espelha bem aquilo que é  
assumido, que são compromissos assumidos de acordo com a legislação, quando tem um horizonte  
temporal de mais de um ano económico. -----

Considerando a alínea b) do n.º 1, do artigo 22º do Decreto-lei n.º 197/ 99, a Assembleia Municipal de  
Sardoal, tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos entre 20 de junho e 20 de  
dezembro de 2016. -----

#### **Período de Intervenção do Público**

Tomou a palavra o município Senhor Ramiro da Neta fazendo referência à questão do transportes dos  
doentes não urgentes, dado já ter sentido na pele essa situação. -----

Disse também ter assistido à reunião havida em Valhascos tendo sido falada na questão dos esgotos,  
se se fazia, se não fazia, se os esgotos também estavam incluídos ou se eram só as águas e queria

estar esclarecido, porque quando as pessoas atacam porque existem valores mais elevados para umas povoações do que outras e todos gostam de ser contemplados, mas claro que estas situações obedecem a estudos e quer ser esclarecido para quando situações destas acontecem, ter possibilidades de dizer às pessoas como as coisas funcionam, embora não lhe compita estar a defender, mas gosta de estar esclarecido e se, na realidade faz parte os esgotos desta empreitada ou se é noutra, porque não ficou esclarecido na referida reunião. -----

O munícipe fez ainda referência ao Parque Industrial e o Senhor Presidente já falou no assunto e a sua dúvida era, quando se fez os convites para as pessoas, para os empresários ali se instalarem, se havia alguma cláusula em que aquilo podia ficar abandonado, porque há la alguns em que se pode fazer daquilo quintas ou mini quintas, mas sem atividade, sem criar postos de trabalho. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo não ser fácil contemplar o povo e que durante muitos anos as pessoas diziam que precisavam do pavimento e a Câmara durante muitos anos andou a tentar por o pavimento em Valhascos, agora já não se contentam só com o pavimento, querem pavimento mais esgotos, mas não há orçamento para isso e Câmara está a substituir as condutas da água porque o objetivo é o pavimento, só que as condutas existentes, tanto em Valhascos como em Panascos têm tantos anos e têm dado tantos problemas que o facto de as máquinas passarem por cima e estarem a por o pavimento irão prejudicar ainda mais essas condutas. Os esgotos são uma obra que a Autarquia não tem neste momento orçamento para contemplar na totalidade ou em parte. Está a ser analisada a possibilidade de não se fechar de todo a porta, não fazer a ligação do esgoto, mas deixar algo que possa ser resolvido. A obra total de Valhascos custa cerca de 150 mil euros e fazendo os esgotos em condições seriam mais 60 mil euros, se fosse só pôr pavimento seria uma obra muito mais fácil de fazer e menos cara. Tecnicamente algumas situações são muito difíceis de serem resolvidas, mas neste momento o objetivo é o pavimento e foi esse o compromisso para com os Sardoalenses, mas para pôr pavimento e para as coisas ficarem em condições, tem de se pôr também a água, nunca houve em lado algum o compromisso de se fazer o esgoto e, aproveitou para convidar a pessoa que levantou essa questão em Assembleia de Freguesia, para ir dar uma volta a Panascos, porque se houve localidade neste concelho, onde houve intervenção no pavimento e, encontrava-se na Câmara como Vice-Presidente, foi Valhascos e esta localidade, com a intervenção que terá agora, fica a 100%, com uma cobertura total e é a única freguesia do concelho que fica com o pavimento a 100%.

Panascos é quinhentos mil e Valhascos cento e cinquenta mil porque Panascos é maior, tem mais quilómetros mas se se somar o investimento feito em Valhascos aquele que será feito agora, se calhar chegará ao mesmo valor. -----

Esta é uma falsa questão e agradece que o munícipe a tenha colocado, mas lamenta que as pessoas por vezes se esqueçam que fugiam em certos sítios, pessoas que até são eleitos, representantes do povo, que se refugiam muitas vezes em órgãos de comunicação social ou em redes sociais, não permitindo resposta, mas depois que não venham a estes sítios fazer as perguntas que muitas vezes fazem nas redes sociais e refere-se a pessoas com responsabilidades. -----

Sobre a ambulância referiu que já está explicado e continua a achar que algo tem de ser feito na proteção civil, inclusivamente nesta área, continuando a trabalhar para isso e sentindo-se a pregar no deserto, mas um deserto que vai sendo cada vez mais curto e o que tem aprendido nisto da política é que para se chegar lá, é preciso ter muita paciência. E acredita que se vai chegar a bom porto até em termos de proteção e do socorro das populações. Ouve-se de grandes empresas e até de associações humanitárias que fizeram grandes investimentos para esse tipo de transporte de doentes e que hoje se queixam de não ter ordenados para pagar aos trabalhadores, portanto existe algo neste país que não está a funcionar bem e continua-se, de há muitos governos a estar parte a fingir que não se percebe o que se passa. Mas uma coisa é certa, quando alguns concelhos ardem, são os do Sardoal que lá vão porque o que é fundamental, não só obrigatório, aquilo que é a competência verdadeira em termos de Proteção Civil, em termos de resposta, o Sardoal, não falha um cêntimo, mas não e pode chegar a todos os lados, não se pode ter esses luxos e continua a apostar que o modelo é aquele que o Sardoal tem em que os ordenados são pagos e, infelizmente não se tem ambulâncias para tudo porque também não existem pessoas para tudo. -----

Sobre o Parque Empresarial, a questão é mesmo esta, existiam dúvidas se ele protegia mesmo, ou não a Câmara, de tal forma que, quando se olha para os espaços abandonados e perante o documento, como é que a Câmara conseguiria fazer a reversão do lote e olhando para o regulamento antigo seria difícil, com uma batalha jurídica enorme que não levaria a lado algum, iria gastar-se muito dinheiro em tribunais e advogados e iria ficar-se na mesma. Assim optou-se por uma solução mais lenta, mas com outra sustentabilidade, que foi substituir o antigo documento, por um moderno, aprovado nesta Assembleia, teve o seu período de discussão pública e o mesmo foi entregue em mãos aos proprietários dos lotes alertando-os para as mudanças e para o que iriam querer fazer, alguns até

disseram logo que queriam vender e, com o novo regulamento alguns já se desfizeram dos seus lotes, outros estão a tentar vender. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_